



AT Comportamento Político

**DEMOCRACIA E INTOLERÂNCIA POLÍTICA: O IMPACTO DA SOCIALIZAÇÃO
POLÍTICA NA CONSTITUIÇÃO DE CULTURA POLÍTICA**

Jennifer Azambuja de Moraes
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Curitiba, 2018

RESUMO

O artigo pretende discutir a relação entre a teoria contemporânea da democracia e os estudos sobre cultura política, a partir de uma avaliação do impacto da intolerância política, agravada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, na internalização de valores democráticos no Brasil. A hipótese postulada é de que a intolerância política compromete a estabilidade da democracia no Brasil. Para testar a hipótese utilizam-se dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) de 2014, bem como do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) de 2015/2016. A amostra do WVS compreende a população brasileira acima de 18 anos, enquanto a amostra do NUPESAL compreende os jovens das três capitais do Sul do país de 13 a 24 anos.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Política; Democracia; Intolerância Política.

INTRODUÇÃO

A atual conjuntura brasileira, marcada pelos escândalos de corrupção, pelo *impeachment* de Dilma Rousseff da presidência da República e pelas crises política, econômica e social, tem produzido obstáculos no processo de construção da democracia num sentido substantivo. Essas crises mostraram a ineficácia dos governos em solucionar os problemas econômicos e sociais da população, atestaram a fragilidade das instituições brasileiras como mediadores entre Estado e sociedade, bem como geraram o descontentamento da população com a política e a democracia representativa.

Tal descontentamento, tem produzido um baixo apego aos valores democráticos por parte da população (BAQUERO, 2008; KINZO, 2001; MOISÉS, 2005 e 2010). Neste sentido se observa um apoio difuso ao sistema democrático (BAQUERO, 2008 e 2013¹; MENEGUELLO, 2010²; MOISÉS, 2005 e 2010³), o que, ao mesmo tempo, resulta na constituição de uma cultura política híbrida. Conforme Baquero (2008, p. 21), este tipo de cultura política “mistura dimensões formais procedimentais e informais, de tradição histórica, onde as instituições políticas geralmente carecem de credibilidade e, em alguns casos, de legitimidade”.

Tal característica da democracia brasileira requer o aperfeiçoamento do sistema de representação democrática em um sentido inclusivo estimulando a participação política. Nessa direção Gibson (2011), argumenta que para superar desafios dessa natureza, torna-se imperativo o debate livre e aberto das diferenças políticas, e esse debate só pode ocorrer num ambiente de tolerância política.

A tolerância política, como um dos valores democráticos fundamentais na manutenção das regras do jogo no caso de algum retrocesso institucional, vem sendo estudada desde a década de 1980 (DIAMOND e LINZ, 1989; SULLIVAN e TRANSUE, 1999). Diamond e Linz (1989), por exemplo, argumentam que o desenvolvimento e a manutenção da democracia são facilitados por valores e comportamentos relacionados à tolerância e à moderação. Já Sullivan e Transue (1999) destacam que as democracias robustas exigem que os cidadãos tolerem os esforços de outros para participar da política, e este comportamento é influenciado pela profundidade do compromisso dos cidadãos com os valores democráticos e pelo grau em que eles percebem os outros cidadãos com opiniões opostas.

Stouffer (1955), Marcus *et al.* (1995) e McClosky e Brill (1983) afirmam que ser intolerante é o estado natural dos cidadãos. Por isso, pressupõe-se, conforme Gibson (2011), que a tolerância é aprendida quando os cidadãos experimentam condições mais

¹ Para Baquero (2008 e 2013), o cidadão é apático.

² Para Meneguello (2010), o cidadão tem um posicionamento híbrido.

³ Para Moisés (2010), o cidadão é ambivalente.

democráticas. No que se refere ao caso brasileiro, com um sistema democrático de mais de trinta anos, o crescimento da intolerância política vem aumentando, principalmente, com a polarização política das últimas quatro eleições presidenciais (nas quais a disputa de segundo turno se deram entre PT e PSDB). Nesta perspectiva, novas tecnologias de informação e comunicação, em especial a internet, estão propiciando um espaço amplo de propagação de comportamentos intolerantes, através da disseminação de discursos de ódio contra as opiniões oponentes.

Diante deste cenário, o objetivo deste artigo é avaliar como a intolerância política, agravada pelas novas tecnologias de informação e comunicação, impacta na internalização de valores democráticos no Brasil. As hipóteses a serem testadas são:

- Quanto maior a intolerância política menor a estabilidade democrática;
- Quanto maior o uso político da internet maior a percepção de intolerância política;
- O descontentamento com as instituições políticas gera baixo apego aos valores democráticos;
- As tradições históricas e culturais dificultam o desenvolvimento da dimensão substantiva da democracia.

Para testar as hipóteses propostas, o desenvolvimento da pesquisa seguirá o protocolo quantitativo. Serão analisados dados de pesquisa tipo *survey* dos bancos de dados da Pesquisa Mundial de Valores (WVS) de 2014 e do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) de 2015/2016. A amostra do WVS compreende a população brasileira acima de 18 anos, enquanto a amostra do NUPESAL compreende os jovens das três capitais do Sul do país de 13 a 24 anos.

Os dados analisados indicam que a intolerância política é percebida cotidianamente na internet, resultado das polarizações das opiniões políticas. Com isso, os dados evidenciam que a internet está colaborando para a uma cultura política não democrática, mas sim conservadora e apática. O uso da internet estimula a polarização de opiniões políticas e, por consequência, a intolerância política.

Contexto brasileiro e cultura política

A conjuntura brasileira, marcada por crises de natureza política, econômica e social, tem produzido obstáculos no processo de construção da democracia num sentido substantivo. Essas crises mostraram a ineficácia dos governos em solucionar os problemas econômicos e sociais da população, atestaram a fragilidade das instituições brasileiras como mediadores entre Estado e sociedade, bem como geraram o descontentamento da população com a política e a democracia representativa. Tal descontentamento tem produzido um baixo apego aos valores democráticos por parte da população (BAQUERO, 2008; KINZO, 2001; MOISÉS,

2005 e 2010), bem como diminuído o interesse e a participação políticos. Nesse sentido, observa-se um apoio difuso ao sistema democrático (BAQUERO, 2008 e 2013; MENEGUELLO, 2010; MOISÉS, 2005 e 2010), o que, ao mesmo tempo, resulta na constituição de uma cultura política híbrida.

Em face disso, o Brasil, assim como a maioria dos países da América Latina, possui baixa qualidade democrática. Essa baixa qualidade também resulta do legado deixado pela terceira onda de democratização, em que avanços eleitorais importantes convivem com a prevalência do abuso do poder político que o processo eleitoral possibilita aos gestores públicos. Atribuir, portanto, à democracia brasileira contemporânea, o *status* de consolidação está longe de refletir os obstáculos que a construção de uma cultura política democrática enfrenta. Os avanços formais evoluem paralelamente com os obstáculos sociais ao processo de democratização do Brasil que os “interpretes do Brasil” (TORRES, 1933; VIANNA, 1952 e 1956; AMARAL, 1934; FAORO, 1975; FREYRE, 1986; HOLANDA, 1969) já destacavam em suas análises da formação e desenvolvimento do Estado brasileiro: predominância de padrões verticais de interação social, confusão entre público e privado, ausência de laços de solidariedade e inexistência de uma tradição democrática. Alguns dos fenômenos que traduzem essa cultura política são os já conhecidos coronelismo, populismo, clientelismo e patrimonialismo.

Embora o processo de democratização de procedimentos seja essencial, dadas as características do país, ele tem se mostrado insuficiente para erradicar ou mitigar a desigualdade social, econômica e política. Tais características da democracia brasileira requerem o aperfeiçoamento do sistema de representação democrática em um sentido inclusivo, estimulando a participação política. Ressalta-se, assim, a importância dos estudos que buscam compreender a importância do tipo de cultura política na estabilidade do regime democrático.

Nesse sentido, é importante verificar, para o caso brasileiro, a afirmação de Dalton e Welzel (2014a) de que, segundo as pesquisas *surveys* feitas nos últimos quarenta anos, os cidadãos presentemente estão desenvolvendo valores mais assertivos e de autoexpressão, contrários aos valores de lealdade e de submissão do modelo de Almond e Verba (1963). Para os autores, orientações assertivas representam uma postura que encoraja as pessoas a serem críticas e expressarem preocupações comuns. Tais valores combinam liberdade, igualdade e visões expressivas, com ênfase nas “liberdades individuais”, na “igualdade de oportunidades” e na “voz do povo”. Essas prioridades tornam as pessoas conscientes dos seus direitos e os dos outros, que se indignam com as violações dos direitos, criando-se, assim, um estímulo para expressar suas indignações através da ação coletiva (DALTON e WELZEL, 2014b).

A proposta dos autores é a de que há uma mudança na natureza da cidadania democrática, uma vez que, ao invés de cidadãos leais e submissos às instituições do regime, as democracias estão possibilitando o surgimento de cidadãos críticos. Segundo Dalton e Welzel (2014b), as evidências demonstram que não só nas democracias estabelecidas, como também nas democracias emergentes, as orientações assertivas estão se tornando realidade. Assim, por tanto, a evolução da cultura política sugere que as orientações de democracias diferem do modelo de cultura cívica de Almond e Verba (1963), levando a uma revitalização da cultura política e a um novo potencial de avanço democrático.

Para esse deslocamento de uma cultura política leal e submissa para uma cultura política assertiva, é importante a presença de tolerância e de capital social nas sociedades, não só por colaborar com a resolução de problemas coletivos através de redes de confiança e reciprocidade, mas por enaltecer valores mais democráticos. A formação de cidadãos assertivos, com alto nível de capital social, contribuiria para a estabilidade da democracia e com a constituição de uma cultura política participativa.

Direcionando para o Brasil, é importante destacar que o país entrou em um novo ciclo político-histórico, com novas demandas dos cidadãos e questionamentos do modelo formal-procedimental da democracia representativa (BAQUERO, 2011). A transição para a democracia ocorreu antes da construção de valores democráticos, tais como a participação política e o interesse por assuntos políticos. Além disso, as instituições não são sólidas e o comportamento político é amador e pouco crítico. Com isso os partidos políticos sofrem de falta de credibilidade e são considerados pouco representativos da cidadania, constrangida pela ausência de gestores públicos moralmente capazes e tecnicamente competentes (MICHELS, 1952).

Esse contexto sinaliza para a necessidade de uma adequação do conceito original de cultura política para a análise de países emergentes (TURNER, 1995; BROW e GRAY, 1979; BAQUERO, 2003, 2007 e 2011; SOUZA e LAMOUNIER, 1990; CASTRO, 2008). Por isso, é importante destacar que o processo de democratização do Brasil, a partir da década de 1980, após o fim do regime autoritário, vem apresentando uma incongruência entre a prática de uma democracia formal e a existência de desigualdade social. O que se constata, na consulta à bibliografia sobre a evolução do Estado no Brasil, é a influência de um passado de instabilidade política e econômica, bem como de um legado autoritário que tem obstaculizado a construção de uma cultura política verdadeiramente democrática no país.

Para além disso, não se restabeleceu uma sociedade civil participativa, ficando a cargo das regras do jogo político o bom desempenho institucional para garantir uma democracia de qualidade. Ao mesmo tempo, porém, o enfraquecimento das instituições políticas, como os partidos políticos e o próprio Estado, tem contribuído para a fragilidade da democracia no país. E o enfraquecimento das instituições tem contribuído, também, para o baixo interesse nos

assuntos políticos, para a baixa participação política dos cidadãos e para os baixos níveis de confiança nas instituições, corroborando o cinismo, o individualismo, a corrupção, a intolerância com opiniões diferentes, o clientelismo, o personalismo e o patrimonialismo mencionados pelos estudiosos do assunto. Tais características são consideradas estruturais na cultura brasileira (AMORIM, 2006; MOISÉS, 1995; BAQUERO, 1997). Para Moisés (1995, p. 105), a cultura política brasileira tem sido descrita como um conjunto rígido de padrões político-culturais, do tipo de forte capacidade de continuidade, “ [...] combinando traços herdados das raízes ‘ibéricas’ do país – isto é, um sistema de valores autoritários, hierárquicos e plebiscitários – com componentes ‘estadistas’ e antiliberais resultantes do processo de formação do Estado”⁴. Baquero (2008) define a cultura brasileira como híbrida, pois é capaz de ter valores favoráveis à democracia simultaneamente com a falta de interesse na política e a existência de valores conservadores. Isso sugere que, apesar de estar havendo um deslocamento de cidadãos leais para cidadãos assertivos em países desenvolvidos, o Brasil ainda está a passos lentos para essa realidade. Pode-se afirmar isso porque se constata uma cultura política indiferente aos valores democráticos, especialmente indiferente à participação política e à tolerância política⁵.

Em relação à tolerância, Gibson (2011) argumenta que, para superar desafios dessa natureza, torna-se imperativo o debate livre e aberto das diferenças políticas, e esse debate só pode ocorrer num ambiente de tolerância política. Esse conceito, como um dos valores fundamentais na manutenção das regras do jogo democrático, vem sendo estudado desde a década de 1980 (DIAMOND e LINZ, 1989; SULLIVAN e TRANSUE, 1999). Stouffer (1955), Marcus et al. (1995) e McClosky e Brill (1983) afirmam que ser intolerante é o estado natural dos cidadãos. Por isso, pressupõe-se, conforme Gibson (2011), que a tolerância é aprendida quando os cidadãos experimentam condições mais democráticas.

Fazendo uma retrospectiva no caso brasileiro, com um sistema democrático de mais de trinta anos, constata-se que o clima de intolerância política vem aumentando em níveis além de razoáveis, principalmente em relação à polarização política das últimas quatro eleições presidenciais (nas quais as disputas de segundo turno se deram entre o Partido dos Trabalhadores, o PT, e o Partido da Social Democracia Brasileira, o PSDB). Nesse contexto, argumentamos que as novas tecnologias de comunicação e informação, e mais especial a internet, estão propiciando um espaço amplo de propagação de comportamentos intolerantes,

⁴ Ainda nesse sentido, os autores Lamounier e Souza (1994), por apontarem que a cultura política é derivada do funcionamento do sistema político, consideram a cultura política brasileira “patrimonial”. Nesse contexto, o Brasil é fortemente marcado por uma cultura política de subordinação popular que vem do período colonial, da economia agrícola, baseada na monocultura e no trabalho escravo.

⁵ Também é importante destacar que, conforme os dados apresentados pelo Latinobarometro (2016), o Brasil é o segundo país da América Latina com menor apoio à democracia como sistema de governo por parte dos cidadãos, com 43% de apoio.

através da disseminação de discursos de ódio contra opiniões contrárias às assumidas pelos sujeitos.

Democracia e tolerância como valor democrático

A democratização foi o principal fenômeno político, no Brasil, na década de 1980, reativando o interesse na Ciência Política sobre a relação entre democracia e cultura política, destacando a democratização como um processo abrangente de transformação do comportamento e das atitudes políticas dos indivíduos. Aspecto não menos importante foi a realização de estudos sobre a relação entre Estado e sociedade, com base na postulação de que a consolidação da democracia não deriva unicamente do desempenho das instituições, mas também dos valores, das crenças e das atitudes dos cidadãos em relação à política. Os estudos produzidos nesse sentido orientavam-se para tentar responder à questão: Qual é a importância de uma cultura política com valores democráticos no desenvolvimento da democracia?

Responder a essa questão remete à necessidade de refletir a respeito da polissemia do conceito de democracia⁶, pois o seu significado está em constante mutação desde a sua origem nas teorias clássicas⁷. Atualmente, a bibliografia sobre democracia distingue, basicamente, duas correntes teóricas: a teoria minimalista⁸ e a teoria ampla⁹. A teoria minimalista parte da concepção de que um regime democrático é apenas um método de escolha dos governantes, ou seja, a única forma de democracia possível seria a representativa (SCHUMPETER, 1961; SARTORI, 1994; DAHL, 1997). A teoria ampla de democracia trabalha com o conceito de representação para além do voto, protagonizando o cidadão de forma participativa no processo político de tomada de decisões (PATEMAN, 1992) ou de forma deliberativa na esfera pública (HABERMAS, 1995).

Na teoria ampla, segundo Vitullo (1999), seja no modelo de democracia participativa ou no modelo de democracia deliberativa, a democracia não se constitui, unicamente, em um método de eleição de líderes por parte de cidadãos desinformados, desinteressados e apáticos, mas uma forma de estimular o interesse e o engajamento em organizações políticas para construir democracias consideradas fortes (JENKINS e THORBURN, 2003). Desse tipo de democracia se espera uma atuação maior dos cidadãos na política (BOHMAN, 2007), requerendo tanto que eles participem mais em atividades cívicas e colaborem para a criação

⁶ Alguns trabalhos que se debruçaram sobre o tema: Schumpeter (1961), Dahl (1997 e 1998), Huntington (1991), Bobbio (1998), Sem (2000) e Lijphart (2011).

⁷ Os teóricos clássicos da democracia: Locke, Rousseau, Tocqueville e Mill. Alguns estudos sobre a democracia clássica dos gregos: Hegel (1975) e Arendt (1995). E sobre a evolução da democracia clássica até a democracia contemporânea: Dahl (1998).

⁸ Também conhecida como teoria elitista ou procedimental.

⁹ Também conhecida como teoria participativa.

de laços e de associações com os atores políticos envolvidos, quanto que tomem decisões precedidas de discussões na esfera pública. Além dessas perspectivas, cabe referir o debate sobre a qualidade da democracia¹⁰, visto que a democracia brasileira demonstra avanços nos procedimentos formais, porém com estagnação social e econômica. Tal incongruência, embora não provoque riscos a curto prazo para democracia, sinaliza para a baixa participação que compromete a sua qualidade. Nesse sentido, pesquisas (DIAMOND e MORLINO, 2004; LEVINE e MOLINA, 2007; INSTITUTO FREEDOM HOUSE) buscaram construir indicadores capazes de medir a qualidade da democracia de um país.

Segundo Diamond e Morlino (2004), nenhum regime pode ser considerado uma democracia, a menos que conceda a todos os seus cidadãos adultos direitos formais de participação política, incluindo o direito de voto, além de assegurar a possibilidade de organização, associação e manifestação. Democracias onde há o direito de participar, e não há participação, não são consideradas democracias de qualidade (DIAMOND e MORLINO, 2004). Nessa perspectiva, Dalton e Welzel (2014a) argumentam que recursos e valores participativos multiplicam os componentes materiais e motivacionais do poder popular, enfatizando que somente com igualdade de recursos e valores participativos a democracia pode funcionar efetivamente.

Complementando esse debate, Diamond e Linz (1989), Mondak e Hurwitz (1998), Sullivan e Transue (1999) e Gibson (2011) enfatizam a importância de valores de tolerância para o efetivo funcionamento da democracia, apesar de ser um dos valores democráticos mais difíceis de se encontrar na população (MONDAK e HURWITZ, 1998). Diamond e Linz (1989), por exemplo, argumentam que o desenvolvimento e a manutenção da democracia são facilitados por valores e comportamentos relacionados à tolerância e à moderação. Sullivan e Transue (1999), por sua vez, destacam que as democracias robustas exigem que os cidadãos tolerem os esforços de outros para participar da política, e esse comportamento é influenciado pelo alto nível de compromisso dos cidadãos com os valores democráticos e pelo grau em que eles percebem os outros cidadãos com opiniões opostas.

Em uma análise de 17 países¹¹, Peffley e Rohrschneider (2003) sintetizam a literatura que aponta o momento atual como de grande apoio popular às democracias e o desenvolvimento da tolerância nos públicos de massa, possibilitando um processo geral de aprendizagem democrática. Nessa perspectiva, segundo os autores, a exposição à democracia deveria aumentar a tolerância política. O modelo proposto pelos autores sugere que, no nível macro, (1) a tolerância política deve ser maior em democracias mais estáveis e

¹⁰ Algumas leituras sobre qualidade da democracia: Diamond e Morlino (2004), O'Donnell, Cullell e Iazetta (2004) e Mainwaring, Bejarano e Leongómez (2006).

¹¹ Argentina, Armênia, Austrália, Bósnia, Brasil, Croácia, Alemanha (dividida entre Oriental e Ocidental), Finlândia, Geórgia, Macedônia, Peru, Sérvia, Espanha, Suécia, Suíça, Uruguai e EUA.

longas e (2) que os sistemas federais, por proporcionarem aos cidadãos múltiplos pontos de acesso e incentivos ao compromisso político, deveriam aumentar os níveis de tolerância. No nível micro, o modelo de aprendizagem sugere que o ativismo democrático e o uso de liberdades civis aumentam a tolerância política.

Cabe, no entanto, registrar aqui que tal argumento não retrata a realidade da maioria dos países. A esse respeito, Jones (2007) argumenta que, nas circunstâncias políticas contemporâneas, deve-se pensar na tolerância política não como a tolerância de um governo com aqueles que ele governa, mas, sim, como um ideal político que os governos devem promover. Para o autor, isso é consistente com a ideia de um Estado neutro, embora não seja necessário um compromisso com a neutralidade política. O autor afirma, no entanto, que, se quisermos dar sentido à ideia de uma sociedade tolerante e, em particular, do pressuposto de que um acordo político pode ser mais tolerante do que outro, precisamos delimitar o que é considerado como tolerância e intolerância.

Tal delimitação conceitual é essencial, uma vez que a adesão a valores democráticos, principalmente à tolerância política, pode criar conexões com atores políticos e desenvolver uma consciência coletiva sobre os assuntos da sociedade (HELD, 2006). Assim, uma cultura política participativa e tolerante se reflete na qualidade do regime democrático, em termos de melhorias sociais e econômicas. Nesse sentido, importa estudar os valores democráticos dos cidadãos, principalmente com o advento das novas tecnologias de informação e comunicação, que podem propiciar a proliferação ou não desses valores.

Intolerância política e internet

A tolerância política¹² envolve a aceitação dos direitos políticos de outros, como a liberdade de expressão, mesmo em relação a grupos com os quais, de outra forma, se discorda ou se tem medo. Como observaram Sullivan, Piereson e Marcus (1979), a tolerância implica a disposição de “tolerar” aquelas coisas ou pessoas que se rejeita ou às quais nos opomos. No modelo original das origens da intolerância, apresentado por Sullivan, Piereson e Marcus (1979), a tolerância está ligada a um conjunto mais geral de crenças sobre a democracia. Nessa direção, Gibson e Bingham (1982) afirmam que tolerância política se refere a uma vontade de alargar os direitos de cidadania a todos os membros da comunidade política, para permitir as liberdades políticas para aqueles que são diferentes.

¹² Os estudos sobre tolerância política começaram na década de 1950, com o trabalho seminal de Stouffer (1955), que, apesar de não definir o conceito, propõe que, para medir este conceito, o pesquisador precisa identificar os grupos que são considerados os alvos de intolerância e pedir aos entrevistados se eles iriam tolerar participar de atividades com esses grupos. Outra forma de medir, sugerida por Sullivan, Piereson e Marcus (1982), consiste em possibilitar aos entrevistados a oportunidade de definir qual é o grupo de que menos gosta, para depois responder perguntas que avaliam o nível de intolerância para com esse grupo escolhido.

Gibson, D uch e Tedin (1992) ex pandiram es sa pes quisa par a c onsiderar especificamente a c onexão ent re a t olerância e o apoi o às i nstituições e aos p rocessos democráticos. Nessa direção, o estudo de Nie, Junn e Stehlik-Barry (1996) argumenta que a tolerância política é a crença de que todos os cidadãos têm o direito de expressar seus pontos de vista políticos, independentemente de quão perigosos ou repugnantes essas observações possam ser. A tolerância, sob essa ótica, sinaliza um compromisso fundamental com as regras do jogo democrático.

No mundo real, ent retanto, segundo McClosky e Brill (1983), a i ntolerância é um a capacidade que se expressa mais naturalmente entre os indivíduos do que a tolerância¹³. A menos que os i ndivíduos s e s intam p reSSIONADOS por u ma fonte ex terna par a ap resentar tolerância, é mais natural (e provável) permanecerem intolerantes. Do ponto de vista cognitivo, a intolerância é mais fácil de se manifestar porque os preconceitos e os este-reótipos sobre indivíduos e grupos são transmitidos pela socialização po-lítica (ABOUD e DOYLE, 1996). Quanto a isso, no entanto, Marcus et al. (1995) já afirmavam que a tolerância pode ser aprendida através da compreensão de informações sobre o cenário político. Além disso, Zoghaib (2011), ao trabalhar com as teorias de aprendizagem social, postula que as atitudes das crianças são desenvolvidas como resultado de circunstâncias ambientais e experiências pessoais, e que, baixos níveis de tolerância e baixos níveis de liberdades civis surgem a partir de um a ex periência d e s ocialização c oletiva, p rincipalmente at ravés dos meios de comunicação.

Para além destas abordagens cognitivas, Hurwitz e Mondak (2002), ao afirmarem que uma det erminada por centagem de i ndivíduos na pol ítica é c onsiderada i ntolerante, questionaram se os indivíduos são intolerantes por causa do ato ou por causa do ator. Com isso, os autores conceitualizam a i ntolerância multidimensionalmente, estabelecendo u ma distinção entre intolerância genérica e discriminatória, na qual a primeira se deve a uma falta de vontade para permitir o ato expressivo e a segunda se deve a uma falta de vontade para permitir que o ato seja realizado apenas por um grupo nocivo.

Pela sua abrangência, Gibson (2011) afirma que a tolerância política pode ser o valor democrático mais difícil de todos, pois apenas aqueles com um sistema de crenças democráticas totalmente articulado – o que é especialmente incomum entre pessoas que não estão repetidamente expostas a instituições e processos democráticos – apresentam estreitas

¹³ Mondak e Sanders (2003) alegam que a questão da tolerância *versus* a intolerância é inerentemente dicotômica, não contínua. Ou seja, algumas pessoas toleraram praticamente qualquer coisa de qualquer pessoa, enquanto o resto da população é intolerante em pelo menos algum grau (mesmo que varie tanto na amplitude como na profundidade da intolerância). Os autores argumentam que é útil pensar na tolerância como um conceito que se refere apenas aos que permitiriam todas as formas de dissidência por todos os tipos de dissidentes. Com isso, as avaliações de tolerância e intolerância envolvem duas questões: se os indivíduos são tolerantes ou intolerantes e, entre os intolerantes, se essa intolerância é ampla ou estreita. Ao testar essa proposta, Gibson (2005) conclui que, ao trabalhar com essa dicotomia tem-se um baixo número de cidadãos tolerantes. Ao, no entanto, trabalhar de forma contínua é possível verificar os pontos mais extremos, que são os que afetam a qualidade da democracia.

conexões entre a tolerância e os outros valores democráticos. Além disso, em um estudo posterior, Gibson (2013) afirma que não se pode confundir tolerância política com liberdades civis, visto que existem múltiplas etapas envolvidas no processo de tolerar ou não atividades políticas de inimigos. Em primeiro lugar está a decisão sobre a política em geral, por exemplo, o governo pode restringir minha liberdade em troca de mais segurança, desde que essa decisão se aplique a todos os cidadãos. A segunda decisão tem a ver com ir além da política geral para limitar a liberdade política de grupos específicos. Aqui, a liberdade da cidadania como um todo não é restrita, mas exceções são feitas para aqueles que defendem ideias particulares. Essa forma de intolerância privilegia algumas visões ideológicas sobre outras e, desse modo, não trata todos os cidadãos como iguais politicamente.

Além da decisão do cidadão de ser tolerante ou não, deve-se destacar que as atitudes de tolerância estão sujeitas à manipulação e à mobilização (GIBSON e ANDERSEN, 1985). A mídia pode desempenhar um papel influente no aumento da tolerância ou da intolerância política. Zoghailb (2011) ressalta que a internet, como um meio relativamente novo, em comparação com a televisão, está correlacionada com maior seletividade e mais motivação para a busca de informações, e as pessoas costumam buscar as mensagens que confirmam as suas ideias e atitudes. No início dos anos 2000, Sunstein (2003) apontava que esse tipo de atitude na internet gera cidadãos menos informados, mais polarizados, mais fragmentados e intolerantes, o que representa um perigo para os sistemas democráticos. Isso representa perigo porque pessoas com intolerância buscam informações que fortalecem suas atitudes negativas para com os grupos de que não gostam, havendo uma relação negativa entre o uso da internet e tolerância política (ZOGHAIB, 2011). Contrária a essa posição, Foghammar (2012) argumenta que a acessibilidade a informações via internet contribui para a melhoria do nível de educação do sujeito e, com isso, os efeitos do uso da internet seriam positivos em relação à geração de mais tolerância¹⁴.

Divergências à parte, não se pode negar que a internet oferece muitas oportunidades para consumir seletivamente mensagens que reforçam as predisposições existentes dos cidadãos, bem como opções de notícias não políticas e o aumento da intolerância política (HINCKLEY, 2015; GALSTON, 2003; DAHLGREN, 2005; ZOGHAIB, 2011). A esse respeito, Sunstein (2003) destaca que isso se constitui em uso egocêntrico da internet e que essa exposição seletiva pode causar efeitos positivos ou negativos nas atitudes políticas. Na mesma linha de análise, Hinckley (2015) argumenta que “consumir” pontos de vista “agradáveis a si” é problemático quando promove julgamento tendencioso, hiperpartidarismo e reduz a legitimidade de manter um ponto de vista alternativo. Essa seletividade resulta de uma variedade de motivações não igualmente distribuídas na sociedade, incluindo o

¹⁴ Hinckley (2015) trabalha a relação de tolerância política com autoritarismo.

partidarismo, o interesse político, a ansiedade ou o desejo de satisfazer necessidades psicológicas menos visíveis (HINCKLEY, 2015).

Assim, apesar da internet proporcionar uma heterogeneidade comunicativa, o lado negativo é a fragmentação da esfera pública em ilhas díspares de comunicação política (GALSTON, 2003). Nesse sentido, para Dahlgren (2005), a fragmentação, decorrente da proliferação de grupos, pode fomentar a intolerância política. Uma atmosfera de intolerância limita a percepção das liberdades dos cidadãos, afetando a democracia. Gibson (1992) ressalta, a esse respeito, que a consequência de uma população intolerante, nos Estados Unidos, resultou em uma sociedade fragmentada e polarizada, conformista e inflexível, não querendo se envolver na discussão, o que é uma ameaça iminente para um governo democrático.

No caso brasileiro, em virtude dos acontecimentos políticos nos últimos anos, a internet parece estar contribuindo para guiar atitudes de intolerância política com as opiniões divergentes, o que acaba por gerar um discurso de ódio e uma polarização das opiniões. Tais atitudes parecem reforçar a cultura política do mundo real no mundo virtual, visto que, no Brasil, de acordo com pesquisas longitudinais, a população de forma geral não mostra interesse na política, desenvolvendo, assim, atitudes e comportamentos de intolerância.

A percepção de intolerância política

Segundo Nie, Junn e Stehlik-Barry (1996), a tolerância política deve ser vista como a crença de que todos os cidadãos têm o direito de expressar seus pontos de vista políticos, pois isso sinalizaria um compromisso fundamental com as regras do jogo democrático. Assim, segundo os autores, a intolerância, além de corroer a democracia, contribui para a constituição de uma sociedade desinformada, polarizada, fragmentada e desinteressada pelos assuntos políticos. Nesse sentido, torna-se relevante analisar a relação entre internet e tolerância tanto do lado positivo (FOGHAMMAR, 2012) quanto do lado negativo (ZOGHAIB, 2011).

No caso do Brasil, dados sobre a intolerância da população brasileira, seja social ou política, mostram que os brasileiros não aceitam facilmente as diferenças com os grupos que apresentam características diferentes deles. Entre esses grupos podem ser mencionados os homossexuais, mulheres no poder e cotas para afrodescendentes e outros, como pode ser visto no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Grupos que não gostaria de ter como vizinhos

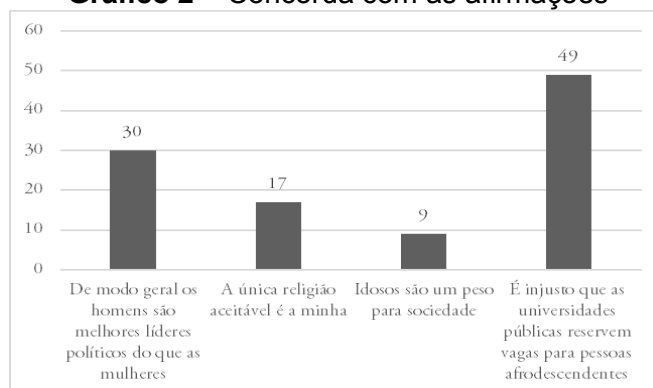


n = 1486

Fonte: World Values Survey (WVS), 2014.

Conforme o Gráfico 1, observa-se que a intolerância é maior com os grupos que apresentam problemas com vícios, de drogas (80%) e bebidas (39%), e que são marginalizados pela sociedade, também com menores infratores (48%), com ex-presidiários (31), com prostitutas (17%) e com favelados (7%). Dos demais grupos, destaca-se a intolerância com os homossexuais (11%). A bandeira da “cura gay” levantada por alguns grupos religiosos fomenta um discurso de ódio que, em muitos casos, extrapola da agressão verbal para a agressão física. Conforme os dados do WVS (2014), 36% dos entrevistados responderam que a homossexualidade não se justifica. Além desses grupos, também se percebe a intolerância contra as mulheres, a religião, os idosos e os negros, conforme o Gráfico 2.

Gráfico 2 – Concorda com as afirmações



n = 1468

Fonte: World Values Survey (WVS), 2014.

Os dados no Gráfico 2 indicam um alto grau de intolerância às cotas universitárias para afrodescendentes, pois 49% concordam com a afirmação de que “[...] é injusto que as universidades públicas reservem vagas para pessoas afrodescendentes”. Subjacente a essa afirmação se localiza uma característica da sociedade brasileira, o racismo. No caso de

gênero, 30% dos entrevistados concordam que, “de modo geral, os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres”. Em menor grau, os entrevistados também se mostram intolerantes em relação a grupos religiosos (17%) e a idosos (9%).

No campo político, constata-se na internet e suas redes sociais um aumento significativo de intolerância política, resultando na polarização ideológica esquerda-direita ou partidária PT-PSDB. Ler comentários sobre uma matéria jornalística ou uma postagem de cunho político nas redes sociais vem se resumindo, basicamente, a ser contra os “petralhas”¹⁵, os “esquerdopatas”¹⁶, os “coxinhas”¹⁷ ou os “reaças”¹⁸. Esses debates, ao exaltarem a intolerância, prejudicam as regras do jogo democrático.

Será que os jovens reproduzem esse padrão de intolerância constatada na população como um todo via internet? Como o intuito não é verificar a intolerância dos jovens, mas, sim, analisar se o uso da internet contribui para o aumento da intolerância política, essa variável não é medida como sugerem os autores Stouffer (1955) e Sullivan, Piereson e Marcus (1982), mas, sim, verificada pela percepção dos jovens sobre a intolerância na internet. Em entrevistas em profundidade foi apresentada a seguinte questão “Você acha que há intolerância entre as pessoas na internet? Por quê?”. As respostas foram divididas em duas categorias: intolerância geral e intolerância política. A intolerância geral diz respeito a atos intolerantes a qualquer tipo de opinião, ou seja, quando as pessoas julgam e criticam as postagens dos demais usuários. A intolerância política é direcionada para as postagens sobre as opiniões e os posicionamentos políticos das pessoas. O Quadro 1 apresenta as respostas categorizadas como intolerância geral e intolerância política.

Quadro 1 – Intolerância na internet

Categorias	Respostas
Intolerância geral	100%. A coisa que mais existe na internet é isso. E isso há porque geralmente as pessoas não estavam em uma situação e ficam julgando as outras. Essa coisa de muita gente sair impune por falar qualquer coisa está muito forte, então a intolerância está grande.
	Sim. Porque eu acho que as pessoas não aceitam a opinião uma das outras, não querem ouvir uma opinião diferente da sua.
	Sim. Acho não, tenho certeza. Porque assim, as pessoas perdem tanto o respeito pela opinião dos outros, mas se tu posta alguma coisa que elas não concordam, elas já caem em cima de ti direto. Eu vejo assim, eu já não gosto de expor a minha opinião nas redes sociais porque tu sempre vais ter que dar mil e uma explicações e nem sempre o teu ponto de vista vai ser igual ao de outra pessoa. Só que as pessoas não, elas falam “meu Deus, nós precisamos ter liberdade de expressão” com tanto que a tua expressão seja igual a minha, senão já dá um motivo para uma briga assim, e às vezes as pessoas acabam levando para o pessoal. Elas não sabem separar muito esse negócio de opinião. Então, eu prefiro nunca colocar nada.

¹⁵ Apelido depreciativo para chamar pessoas que se identificam ou defendem o PT.

¹⁶ Apelido depreciativo para chamar pessoas que se identificam com a ideologia de esquerda.

¹⁷ Apelido depreciativo para chamar pessoas que são anti-PT.

¹⁸ Apelido depreciativo para chamar pessoas que são reacionários.

	Sim. Elas simplesmente respondem o que elas querem. Ninguém respeita a opinião de ninguém.
	Eu acho que hoje em dia a maioria, pelo menos alguns, nem aceitam a opinião dos outros. Eles fazem como “só eu tenho razão, vocês não podem opinar, suas opiniões são incorretas, a minha é a única que serve”.
	É que a internet encoraja, né? Tu não tem cara, tu não tem uma identidade tua, pode ser qualquer pessoa, acredito que encoraja a pessoa a ser intolerante, a expor uma ideia que não falaria em público ou dando ali a cara a tapa para todas as pessoas ouvirem e verem e lerem, então eu acho que acaba encorajando
Intolerância política	Sim, bastante. Porque cada um tem a sua opinião. A tipo tem um cara lá do Porta dos Fundos, que é comediante e é PT, e todo mundo estava xingando ele. Está tudo bem, que está uma merda o PT no poder, só que é a opinião dele.
	Sim. Tem uma página do facebook que é uma constante briga entre partidos políticos. E o partido político faz a campanha dele e reclama do outro, e o outro é a mesma coisa. Tu não sabes falar dos pontos bons do teu partido, mas tu sabes falar mal dos outros, aí tu sabe tudo. O meu espaço termina quando começa o do outro. Eu tenho que respeitar a ideia dele e pronto, mesmo eu sendo contra. E isso é o que falta, qualquer coisa que tu posta vem gente tacando pedra.
	Muito, sei de muitas pessoas na internet especificamente que excluíram amigos das redes sociais por não tolerarem a opinião do outro. Normalmente por opinião política.
	Sim, porque qualquer coisa é motivo para briga. Principalmente no sentido de política. Basta tu postar qualquer coisa que as pessoas vão lá e interpretam de um jeito que tu estás criticando alguém. Daí vira briga.

Fonte: NUPESAL, 2016.

Analisando as respostas apresentadas no Quadro 1, observa-se que os jovens tendem a ser intolerantes na internet e consideram que ela é uma ferramenta que estimula a intolerância entre as pessoas, seja geral ou de natureza política. Todos os 31 jovens entrevistados concordam que existe intolerância entre as pessoas na internet, e que ela é ocasionada pela falta de respeito e pela sensação de anonimato e de impunidade. Essa intolerância, segundo os jovens, gera violência e ódio entre as pessoas.

A intolerância política é percebida cotidianamente na internet, resultado das polarizações das opiniões políticas. Esse tipo de intolerância também gera violência, além de atos extremos, como a exclusão de contatos das redes sociais com opiniões diferentes. Com isso, os dados analisados indicam que a internet está contribuindo para a constituição, entre os jovens cidadãos, de uma cultura política híbrida. Com base nessas entrevistas, os dados do WVS, o acompanhamento do que é divulgado via redes sociais e a observação cotidiana das relações sociais, argumentamos que o uso da internet estimula significativamente a polarização de opiniões políticas e, por consequência, a intolerância política entre os jovens no Sul do país.

Considerações finais

O debate sobre a intolerância política não é novo na ciência política, no entanto a percepção do seu aumento na internet vem despertando interesse dos especialistas. Estes

se dividem entre aqueles que afirmam que a intolerância, além de corroer a democracia, contribui para uma sociedade mais desinformada, polarizada, fragmentada e desinteressada pela política (NIE, JUNN e STEHLIK-BARRY, 1996; ZOGHAIB, 2011) e os que defendem que a acessibilidade propiciada pela internet colabora para a qualificação educacional dos sujeitos e por isso seus efeitos são positivos em relação à geração de mais tolerância (FOGHAMMAR, 2012).

Reconhecemos que esse debate tem ainda um longo caminho a percorrer. Acreditamos, no entanto, que já existe evidência substancial teórico-empírica que sugere existir um lado negativo no uso da internet na construção de uma cultura política democrática. Nosso objetivo era examinar se a internet e as redes sociais estão assumindo, ou não, o papel de agente socializador de normas de hostilidade junto aos jovens, e quais as consequências no processo de constituição de uma cultura política e da democracia, em geral. Sem dúvida, a internet é um novo contexto de socialização para os jovens, sendo positivo em um primeiro momento, principalmente pela ampla circulação de informações e pelas diversas possibilidades de interação social. Ao mesmo tempo, no entanto, vem contribuindo para a internalização de valores que afetam a qualidade da democracia, como desinteresse, desconfiança e intolerância política.

Esse aumento da intolerância política proliferado no ambiente virtual, principalmente em países como o Brasil, onde a população apresenta um apoio difuso à democracia, tem limitado e prejudicado a consolidação de uma democracia em seu aspecto substantivo e a internalização de valores democráticos. Nesse cenário de intolerância, a capacidade de fiscalização, por parte do *demos*, da ação das autoridades públicas, a participação política e a constituição de capital social são abaladas. Isso compromete a estabilidade democrática, pois concorre na manutenção das desigualdades econômicas, sociais e políticas, o que mantém a maioria da população à margem das políticas públicas e ausentes de novas iniciativas de envolvimento político, seja convencional ou não convencional.

Os dados apresentados mostram que as novas tecnologias de informação e comunicação influenciam na manutenção de uma cultura política conservadora e apática, visto que a intolerância política vem sendo percebida e transmitida virtualmente aos jovens, ainda que a intolerância não seja uma novidade da era digital, mas um padrão tradicional de comportamento de gerações anteriores. Ou seja, a internet não gerou a intolerância política, mas, sim, acirrou-a ao possibilitar o anonimato e a impunidade.

Além disso, contrariam, no caso brasileiro, a proposta de Dalton e Welzel (2014a e 2014b) de que, até mesmo em países em processo de construção democrática, estaria acontecendo uma mudança de cultura política leal e submissa para uma cultura assertiva. Mesmo assim não se pode negar que em determinados grupos essa mudança possa estar

ocorrendo, grupos de classes econômicas mais altas e com acesso à educação de qualidade que corrobora com o empoderamento do indivíduo.

Nesse contexto, pensamos que o desafio dos cientistas políticos que se dedicam ao estudo da democracia e da cultura política no Brasil é identificar dispositivos capazes de estimular o empoderamento cidadão do *demos* com vistas a contribuir para uma relação mais republicana entre os atores do *demos*.

Referências

- ABOUD, Francis; DOYLE, Aana. Does talk of race foster prejudice or tolerance in children? *Canadian Journal of Behavioural Science*, v. 28, p. 161-170, 1996.
- ALMOND, Gabriel; VERBA, Sydnei. *The civic culture revisited*. Califórnia: Sage Publications, 1963.
- AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: Nacional, 1934.
- AMORIM, Maria Salete Souza de. *Cultura política e decisão eleitoral no Oeste do Paraná*. 253 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2006.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 7. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BAQUERO, Marcello. O papel dos adolescentes no processo de construção democrática no Brasil: um estudo preliminar de socialização política. *Cadernos de Ciência Política*, Porto Alegre, n. 8, p. 3-34, 1997.
- BAQUERO, Marcello. *A vulnerabilidade dos partidos políticos e a crise da democracia na América Latina*. Porto Alegre, RS: UFRGS. 2001.
- BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. In: *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, p. 83-108, 2003.
- BAQUERO, Marcello. Um caminho “alternativo” no empoderamento dos jovens: capital social e cultura política no Brasil. In: BAQUERO, M. (org.). *Democracia, juventude e capital social no Brasil*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2004. p. 120-146.
- BAQUERO, Marcello. Eleições e capital social: uma análise das eleições presidenciais no Brasil (2002-2006). *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 231-259, 2007.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 16-32. 2008.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, p. 380-413, nov. 2008.
- BAQUERO, Marcello. *A pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais*. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009. 104 p.
- BAQUERO, Marcello. Padrões de constituição da Cultura Política na América Latina no século XXI. In: BAQUERO, Marcello (Org.). *Cultura(s) política(s) e democracia no século XXI na América Latina*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2011. p. 25-15.
- BAQUERO, Marcello. *Qual democracia para a América Latina?*. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2013.
- BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- BOHMAN, James. *Democracy across borders: from Dêmos to Dêmoi*. Cambridge: The MIT Press, 2007.
- BROWN, Archie; GRAY, Jack (Org.). *Political culture and political change in communist states*. New York: Holmes & Meier, 1979.
- CASTRO, Henrique. Cultura política: a tentativa de construção de um conceito adequado à América Latina. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, v. 2, n. 1, 2008.

- DAHL, Robert. *Poliarquia*. São Paulo: Edusp, 1997.
- DAHL, Robert. *Sobre a democracia*. Brasília, DF: Editora da UnB, 1998.
- DAHLGREEN, Peter. The internet, public spheres, and political communication: dispersion and deliberation. *Political Communication*, v. 22, p. 147-162, 2005.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Introduction. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (Org.). *The civic culture transformed*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014a.
- DALTON, Russell; WELZEL, Christian. Political culture and value change. In: DALTON, Russell; WELZEL, Christian (Org.). *The civic culture transformed*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014b.
- DIAMOND, Larry; LINZ, Juan. Politics, society, and democracy in Latin America. In: DIAMOND, Larry; LINZ, Juan; LIPSET, Seymour Martin (Org.). *Democracy in developing countries*. Boulder: Lynne Rienner, 1989.
- DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. The quality of democracy. *Journal of Democracy*, v. 15, p. 20-31, 2004.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder*. Rio de Janeiro: Globo, 1975.
- FOGHAMMAR, Ludvig. *Effects of internet usage on tolerance - a field study in Nieuwe*. Dissertação de Mestrado do Departamento de Economia da Lund University School of Economics and Management. 2012. 44 p. Disponível em: <<https://liveatlund.lu.se/intranets/LUSEM/NEK/mfs/MFS/221.pdf>>. Acesso em 2 abr. 2016.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. 25. ed. Rio de Janeiro: José Olympio. 1986.
- GALSTON, William. If political fragmentation is the problem, is the Internet the solution? In: ANDERSON, David; CORNFIELD, Michael (Org.). *The civic web: on line politics and democratic values*. EUA: Rowman & Littlefield, 2003. p. 35-44.
- GIBSON, James. The political consequences of intolerance: cultural conformity and political freedom. *American Political Science Review*, v. 86, n. 2, p. 338-356, 1992.
- GIBSON, James. On the nature of tolerance: dichotomous or continuous? *Political Behavior*, v. 27, n. 4, p. 339-45, 2005.
- GIBSON, James. Political intolerance in the context of democratic theory. *The Oxford Handbook of Political Science*. 2011. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199604456.001.0001/oxfordhb-9780199604456-e-021?print=pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- GIBSON, James. Measuring political tolerance and general support for pro-civil liberties policies. *Public Opinion Quarterly*, v. 77, p. 45-68, 2013.
- GIBSON, James; ANDERSEN, Arthur. The political implications of elite and mass tolerance. *Political Behavior*, v. 7, p. 118-146, 1985.
- GIBSON, James; BINGHAM, Richard. On the conceptualization and measurement of political tolerance. *American Political Science Review*, v. 76, p. 603-620, 1982. Disponível em: <<https://pages.wustl.edu/files/pages/imce/jlgibson/apsr1982.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2016.
- GIBSON, James; DUCH, Raymond; TEDIN, Kent. Democratic values and the transformation of the Soviet Union. *The Journal of Politics*, v. 54, n. 2, p. 329-371, 1992. Disponível em: <<https://pages.wustl.edu/files/pages/imce/jlgibson/jop1992a.pdf>>. Acesso em: 5 maio 2017.
- HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. *Lua Nova*. Cedec, São Paulo, n. 36, p. 39-53, 1995.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Lecciones sobre la filosofía de la historia universal*. Tradução de José Gaos. Madrid: Alianza, 1975.
- HELD, David. *Models of democracy*. Cambridge: Polity Press, 2006.
- HINCKLEY, Robert. The internet, authoritarianism, and political intolerance. Apresentado no *Encontro Anual do Consórcio Europeu de Pesquisa Política* de 2015. Montreal, Canadá. 2015. Disponível em: <<https://ecpr.eu/Filestore/PaperProposal/dc1cc3ca-d703-4e38-b8d5-13bb066cddb4.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.
- HUNTINGTON, Samuel. *The third wave: democratization in the late twentieth century*. Norman, OK and London: University of Oklahoma Press, 1991.

- HURWITZ, John; MONDACK, Jeffery. Democratic principles, discrimination and political intolerance. *British Journal of Political Science*, v. 32, n. 1, p.93-118, 2002.
- FREEDOM HOUSE. *Instituto Freedom House*. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/>>. Acesso em: 6 ago. 2015.
- JENKINS, Henry; THORBURN, David. *Democracy and new media*. Cambridge / London: The MIT Press. 2003.
- JONES, Peter. Making sense of political toleration. *British Journal of Political Science*, v. 37, n. 3, p. 383-402, 2007.
- KINZO, Maria D'Alva. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Perspectiva*, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002>. Acesso em: 1º maio 2017.
- LAMOUNIER, Bolívar; SOUZA, Amaury. *A feitura da nova constituição: um exame da cultura política brasileira. Planejamento e Políticas Públicas*. IPEA, n. 2, 1994.
- LATINO BAROMETRO. Banco de Dados 2016. Disponível em: <<http://www.latino-barometro.org/latContents.jsp>>. Acesso em: 20 nov. 2017.
- LEVINE, Daniel; MOLINA, José. La calidad de la democracia en América Latina: una visión comparada. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 45, p. 17-46, 2007.
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MAINWARING, Scott; BEJARANO, Ana María; LEONGÓMEZ, Eduardo. *The crisis of democratic representation in the Andes*. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.
- MARCUS, George; SULLIVAN, John; THEISS-MORSE, Elizabeth; WOOD, Sandra. *With malice toward some: How people make civil liberties judgments*. New York: Cambridge University Press. 1995.
- MCCLOSKEY, Herbert; BRILL, Alida. *Dimensions of tolerance*. Nova York: Russell Sage Foundation, 1983.
- MENEGUELLO, Rachel. Cultura política e representação: dados sobre a adesão democrática e a conexão eleitoral. *Cadernos ASLEGIS*, n. 40, p. 133-146, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. *Os brasileiros e a democracia*. Bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo, Ática, 1995.
- MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro (Org.). *Cultura e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Fundo Nacional de Cultura, 2001. p. 13-55.
- MOISÉS, José Álvaro. A desconfiança nas instituições democráticas". *Opinião Pública*, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.
- MOISÉS, José Álvaro. Cultura política, instituições e democracia. Lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, São Paulo, 2008.
- MOISÉS, José Álvaro. *Democracia e confiança: Por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?* São Paulo: Edusp, 2010.
- MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança política e instituições democráticas. In: MOISÉS, J. A.; MENEGUELLO, Rachel (Org.). *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- MONDACK, Jeffery; HURWITZ, John. Values, acts, and actors. Distinguishing generic and discriminatory intolerance. *Political Behavior*, v. 20, n. 4, p. 313-339, 1998.
- MONDACK, Jeffery; SANDERS, Mitchell. Tolerance and intolerance, 1976-1998. *American Journal of Political Science*, v. 47, n. 3, p. 492-502, 2003.
- NIE, Norman; JUNN, Jane; STEHLIK-BARRY, Kenneth. *Education and democratic citizenship in America*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.
- NUPESAL. Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina. *Banco de dados: Pesquisa com jovens em Porto Alegre*. 2002.
- NÚCLEO de Pesquisa sobre América Latina (NUPESAL). *Banco de dados: Democracia, mídias e capital social: um estudo comparativo de socialização política dos jovens no Sul do Brasil 2015-2016*. 2016. Porto Alegre, 2016.

- O'DONNELL, Guillermo; CULLELL, Jorge; IAZZETTA, Osvaldo. *The quality of de-mocracy: theory and applications*. South Ben: University of Notre Dame Press. 2004.
- PATEMAN, Carole. *Participação e teoria democrática*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- PEFFLEY, Mark; ROHRSCHEIDER, Robert. Democratization and political tolerance in seventeen countries: a multi-level model of democratic learning. *Political Research Quarterly*, v. 54, n. 2, p. 243-57, 2003.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. São Paulo: Ática, 1994.
- SCHUMPETER, Joseph. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1961.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Comp. das Letras, 2000.
- SOUZA, Amaury de; LAMOUNIER, Bolívar. *As elites brasileiras e a modernização do setor público*. São Paulo: Idesp, 1990.
- STOUFFER, Samuel. *Communism, conformity and civil liberties*. New York: Doubleday. 1955.
- SULLIVAN, John L.; PIERESON, James; MARCUS, George E. An alternative conceptualization of political tolerance: illusory increases 1950s -1970s. *The American Political Science Review*, v. 73, n. 3, p. 781-794, 1979.
- SULLIVAN, John; PIERESON, James; MARCUS, George. *Political tolerance and American Democracy*. Chicago: University of Chicago Press. 1982.
- SULLIVAN, John; TRANSUE, John. The psychological underpinnings of democracy: a selective review of research on political tolerance, interpersonal trust, and social capital. *Annual Review of Psychology*, v. 50, 1999. Disponível em : < <http://www.annualreviews.org/doi/full/10.1146/annurev.psych.50.1.625#article-denial>>. Acesso em : 1º maio 2017.
- SUNSTEIN, Cass. *República.com: internet, democracia y libertad*. Barcelona: Paidós, 2003. Disponível em : < https://books.google.com.br/books?id=52U1tZ817XAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summaryr&cad=0#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 12 ago. 2016.
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *A democracia na América*. Belo Horizonte, MG: Editora Itatiaia, 1962.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. São Paulo: Nacional, 1933.
- TURNER, Frederick. Reassessing political culture. In: SMITH, P. (Org.). *Latin America in comparative perspective: new approaches to methods and analysis*. Boulder: Westview Press, 1995.
- VERBA, Sidney; SCHLOZMAN, Kay; BRADY, Henry. *Voice and equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge: Harvard University Press, 1995.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Problemas de organização e problemas de direção: o povo e o governo*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956.
- VITULLO, Gabriel. *Teorias alternativas de democracia: uma análise comparada*. Dissertação de mestrado, PPGCP/UFRGS. Rio Grande do Sul, 1999.
- ZOGHAIB, Shaima'a. Television exposure and internet use: their relationship to political tolerance in Egyptian society. *Journal of the South East Asia Research Centre for Communication and Humanities*, v. 3, p. 49-69, 2011. Disponível em: < [http://search.taylors.edu.my/journalonline/Vol%203/Shaima\(rev\)\(edSP\)49-69.pdf](http://search.taylors.edu.my/journalonline/Vol%203/Shaima(rev)(edSP)49-69.pdf)>. Acesso em : 5 abr. 2016.